

MARXISMO, PENSAMENTO SOCIAL E FORMAÇÃO SUBJETIVA BRASILEIRA

MARXISMO, PENSAMIENTO SOCIAL Y FORMACIÓN SUBJETIVA BRASILEÑA

MARXISM, SOCIAL THOUGHT AND BRAZILIAN SUBJECTIVE FORMATION

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.61212>

João Gabriel Carvalho Araújo Mello de Oliveira¹

Arthur Schmeling Costa²

Pedro Henrique Antunes da Costa³

Soraya Souza de Andrade⁴

Resumo: Esboçamos uma interpretação da formação subjetiva na formação social brasileira, partindo fundamentalmente da apreensão marxiana sobre a subjetividade e da tradição marxista no pensamento social brasileiro. O processo foi sintetizado nos eixos: colonização e violência como normal; autocracia e gerenciamento (subjetivo) pelo alto; racismo e mecanismos (subjetivos) de barragem do negro; patriarcado e inferiorização da mulher; neoliberalismo e análise da subjetividade nas particularidades do capitalismo dependente. Foram analisados os processos de subjetivação em nossa formação marcados pela violência, alienação, mas também negando-os na/pela afirmação dos indivíduos em suas *práxis*.

Palavras-chave: Formação social brasileira. Subjetividade. Marxismo. Pensamento social brasileiro. Capitalismo dependente.

Resumen: Esbozamos una interpretación de la formación subjetiva en la formación social brasileña, fundamentalmente a partir de la aprehensión marxista de subjetividad y de la tradición marxista en el pensamiento social brasileño. El proceso se sintetizó en los ejes: colonización y violencia como norma; autocracia y gestión (subjetiva) desde arriba; racismo y mecanismos (subjetivos) de represión del negro; patriarcado e inferioridad de la mujer; neoliberalismo y análisis de la subjetividad en las particularidades del capitalismo dependiente. Se analizaron los procesos de subjetivación en nuestra formación marcados por la violencia, la alienación, pero también negándolos en/por la afirmación de los individuos en su praxis.

Palabras claves: Formación social brasileña. Subjetividad. Marxismo. Pensamiento social brasileño. Capitalismo dependiente.

Abstract: We outline an interpretation of subjective formation in Brazilian social formation, fundamentally starting from the Marxian apprehension of subjectivity and the Marxist tradition in Brazilian social thought. The process was synthesized in the axes: colonization and violence as normal; autocracy and (subjective) management from above; racism and (subjective) mechanisms of damming the black; patriarchy and inferiority of women; neoliberalism and analysis of subjectivity in the particularities

of dependent capitalism. The processes of subjectivation in our formation marked by violence, alienation, but also denying them in/by the affirmation of individuals in their praxis were analyzed.

Keywords: Brazilian social formation. Subjectivity. Marxism. Brazilian social thought. Dependent capitalism.

Introdução

No trabalho, buscamos esboçar uma interpretação histórico-estrutural da subjetividade na formação social brasileira, isto é, nas particularidades da via de desenvolvimento ou objetivação capitalista brasileira. Em outras palavras, como a formação social brasileira se desenvolveu também subjetivamente, ou como se deu a formação subjetiva na/da formação social brasileira. É um estudo teórico, cuja forma ensaio foi adotada, pela maior possibilidade interpretativa na compreensão das relações sujeito-objeto em totalidade (MENEGHETTI, 2011).

Para isso, resgatamos a apreensão sobre a subjetividade de Karl Marx e autores da tradição marxista que se ocuparam em desvelar a ontologia materialista de sua teoria, compreendendo o lugar da atividade humana na dialética histórica do ser social, e superando a cisão entre objetividade e subjetividade. Recorremos à tradição marxista no pensamento social brasileiro, buscando contribuições de importantes pensadores(as) sobre nossa formação social, entendendo suas condições histórico-concretas e o lugar dessa processualidade na constituição da atual conjuntura, orientando-se à superação do capitalismo.

Pensamento social brasileiro, de acordo com Ianni (2000), é um conjunto de esforços que analisam e explicam como se constitui o Brasil a partir de uma abordagem totalizante, que integra economia, política, cultura e sociedade para estabelecer um quadro abrangente que sintetiza tendências históricas, dilemas e projetos de sociedade distintos. Temos, assim, mais uma justificativa para a forma ensaio, pois, para Ricupero (2011), estes trabalhos que buscaram entender o desenvolvimento da história brasileira e imprimir projetos autônomos de sociedade em contraposição à subordinação colonial num primeiro momento, e dependente posteriormente, foram majoritariamente ensaios.

A pesquisa se baseou nas interpretações identificadas com as ideias socialistas, que buscaram explicar a formação da sociedade brasileira a partir das lutas de classe, “desde as condições e possibilidades dos setores sociais subalternos da sociedade” (IANNI, 2000, p. 13). Tais trabalhos se ocuparam da via particular de desenvolvimento e objetivação capitalista, e, nela, de alguns traços, como: violências econômica e extraeconômica, racismo, sexismo, padrão autocrático de dominação burguesa. Aliado a isso, nos debruçamos sobre produções literárias também clássicas, aprofundando a compreensão da relação dialética entre categorias econômicas e a concretude da classe trabalhadora em termos raciais e de gênero. Por fim, nos municiamos de dados da dinâmica atual, possibilitando uma análise diacrônica e sincrônica.

Cabe ressaltar que, embora Marx não tenha tratado sistematicamente da subjetividade, ela é constitutiva de sua análise totalizante, dizendo de uma tomada de posição sobre a relação dialética entre sujeito e objeto. Ainda, denuncia as barreiras às possibilidades de realização plena do ser humano no modo de produção capitalista (MPC), sobretudo na sua teoria da alienação, na qual expressa a relação

necessária entre a objetivação que propicia a produção de riquezas e a desfetivação da classe trabalhadora, cuja dimensão subjetiva vincula-se à despossessão materializada nas determinações da propriedade privada (CHAGAS, 2013).

Em sua crítica à economia política, Marx rompe com a visão de mundo dos economistas burgueses de um ser humano abstrato e isolado, ponto de partida à explicação das categorias econômicas. Essa perspectiva do indivíduo isolado não é erro, acaso, mas fruto da sociedade burguesa, cuja forma avançada de relações de produção, se funda na/pela mistificação das condições histórico-concretas que possibilitaram a emergência dessas relações sociais (MARX, 2008). Contudo, o caráter social é um aspecto irrevogável na constituição do ser humano, de tal modo que o homem não é “somente um animal sociável, mas também um animal que não pode se isolar senão dentro da sociedade” (p. 239).

A noção de subjetividade trata do ser humano como ser social, constituído e determinado pelo mundo em que vive, ao longo do qual constrói sua individualidade, pois, na medida em que existe, age sobre o mundo transformando-o e a si mesmo. Diz dos processos de individuação de indivíduos concretos, cujas concretudes singulares se dão na/pela própria ação ou atividade humana (*a práxis*). Subjetividade e objetividade dizem, então, de um mesmo processo, não de dimensões distintas, de substâncias diferentes; são “momentos” do fazer humano (pela *práxis*), que, mesmo não sendo idênticos, se constituem dialeticamente.

Dessa forma, a subjetividade se realiza numa determinação recíproca sujeito e objeto, com o sujeito conformado pelas determinações que o antecederam e constituem as relações produtivas. Para Marx (2008, p. 47), “os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais.”

A partir disso, ir ao encontro das condições objetivas que estabeleceram possibilidades de individuação na nossa concretude histórica, demanda um itinerário de pesquisa que faça este movimento do concreto ao abstrato. Uma advertência necessária é que a noção de concretude em Marx não corresponde à de positividade empírica. “O concreto é concreto”, “porque ele é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 2008, p. 258). O movimento das abstrações até o concreto pensado - e sua volta - é um processo de síntese que dependerá de progressivas mediações históricas, econômicas, culturais etc., indo além das aparências fenomênicas, em direção à essência (social) dos objetos e da realidade.

Tais mediações são necessárias para se pensar as particularidades e singularidades das subjetividades no Brasil, a partir da dialética singular-particular-universal (LUKÁCS, 2018). Particularidade implica compreender a relação dialética entre como o universal humano se produz e se singulariza nos/pelos indivíduo em seus processos de individuação no processo histórico brasileiro (os fatores irrepetíveis e próprios da nossa constituição) conformado nos/pelos processos gerais de desenvolvimento do MPC como modo de produção global, totalidade social (ao mesmo tempo que constitutivos dele), e que condicionará a incorporação tardia e subordinada do país na divisão internacional do trabalho. Para Sodré (1998, p. 78), a “visão do universal permite a clareza no entendimento do que se passa no particular,

o Brasil, no caso. Verificando sempre a relação dialética entre universal, singular e particular”. Pensar o particular é entender que os aspectos específicos da nossa formação têm características dos desdobramentos gerais do MPC, ao passo que as particularidades também são mediações desta totalidade no singular. Considera-se a singularidade dos indivíduos e seus processos de individuação que se constituem mediante uma realidade histórica, cuja especificidade diz desta condição capitalista dependente e seu desenvolvimento histórico.

As particularidades da nossa via de desenvolvimento e objetivação capitalista são marcadas pela dependência, moldadas no/pelo colonialismo, racismo e patriarcado, forjando condições expressas diferentemente em cada indivíduo singular (sendo conformadas por ele). Falar sobre subjetividade nestes marcos não implica, contudo, defender o estabelecimento de um tipo ideal, de uma essência unilateral e mítica própria à formação subjetiva no capitalismo dependente brasileiro, de gênese e via de desenvolvimento colonial (CHASIN, 1978; MAZZEO, 2015)⁵. Importante advertência contra o essencialismo subjetivista das formulações típico-ideais é que a essência humana não pode ser entendida como abstração individual, mas é social, resultante de um conjunto de relações sociais em dado momento histórico. Nas palavras de Vaisman e Alves (2009, p. 23) “a subjetividade não é um ser, mas um predicado do ser social/humano”, não podendo ser autonomizada, sob o risco de ser mistificação idealista.

Ainda cabe registrar as motivações e os objetivos específicos do projeto, referentes à (crítica da) psicologia. Esta investigação parte de um esforço de pensar os fundamentos da psicologia, e sua particularidade enquanto psicologia brasileira, à luz das bases da formação social brasileira, considerando a práxis do campo indissociável das particularidades históricas do desenvolvimento do MPC em nossa realidade, de nossa gênese e passado colonial-escravocrata até o capitalismo dependente em sua dinâmica e estágio de desenvolvimento atuais. Dessa forma, o presente trabalho consiste numa contribuição aos esforços de crítica da psicologia, que visam reexaminar os fundamentos do campo à luz dos processos históricos-sociais que possibilitaram a emergência da psicologia enquanto ciência autônoma, particular, entre o final do Século XIX e início do XX (YAMAMOTO, 1987). Triunfou como concepção hegemônica a perspectiva liberal da “individualidade isolada”, baseada na compreensão da subjetividade como atributo interno do sujeito, em clara separação da objetividade, delimitando a psicologia como o campo de análise desta subjetividade que remete, expressa e busca consolidar o indivíduo nos moldes da sociabilidade burguesa: uma mônada, solipsista, que se autoproduz e reproduz.

Para isso, fazemos um movimento *por fora* da psicologia, a partir do pensamento social brasileiro e sua tradição marxista enquanto conjunto de esforços de apreensão da realidade brasileira em movimento - para que seja possível aprofundar na apreensão das particularidades e singularidades do *ser humano em movimento* (LANE; CODO, 1989). Trata-se de uma tentativa de suprimir as insuficiências da parcialização das ciências, por meio do tratamento do objeto de forma multidisciplinar e totalizante, indo além da psicologia, mas que pode trazer inúmeros subsídios à conformação desta, bem como ao entendimento e transformação de nossa realidade. O ensaio traz uma síntese provisória a partir da qual podemos ampliar as reflexões e caminhar na luta contra os reducionismos dentro da ciência psicológica. Por fim, é também

um esforço de contribuição à tarefa de construção de uma psicologia concreta, pois ancorada na concretude de nossa realidade, e orientada ao seu entendimento e transformação.

A partir do exposto, trilharemos um caminho de síntese da formação social brasileira, extraindo um percurso interpretativo sobre a formação subjetiva. Dada a complexidade da proposta e sua consequente incompletude, evidenciaremos alguns de seus elementos constitutivos principais, de modo a subsidiar exercícios posteriores de aprimoramento.

Da colonização ao capitalismo dependente: sentido (subjetivo) e violência como normal

Aprender a formação subjetiva na formação social brasileira implica interpretar o sentido da incorporação do *Brasil* e da sua produção enquanto *Brasil*, ou seja, uma particularidade subsumida à reprodução ampliada do capital e ao desenvolvimento capitalista em sua entificação como totalidade social. Como alertou Caio Prado Jr. (2011, p. 15) “[t]odo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’”, que é apreendido não na análise de suas partes, apesar de carecerem de escrutínio, mas na totalidade que compõem. Dessa forma, analisar o sentido do Brasil, implica apreender o *sentido da colonização* que o forja como algo *novo*. Trata-se de analisar a particularidade da formação brasileira não como autônoma, isolada, ou por uma de suas partes (tomando-a como *a* totalidade); muito menos como algo imutável e estático, seja suposto destino ou uma também suposta herança cultural-psicológica a qual temos que aceitar.

Ao nos debruçarmos sobre o estudo do desenvolvimento capitalista que incorpora e conforma o Brasil via colonização, é possível refletir também de que forma a organização da produção num marco global e em nossa dinâmica interna permite a análise dos “elementos fundamentais, tanto no econômico quanto no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos” (PRADO JR., 2011, p. 28). Se é “com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio [o europeu], que se organizarão a sociedade e economia brasileiras” (p. 29), é com ele e nele que se dá a produção dos indivíduos e das subjetividades. Temos, pois, um sentido da colonização *para fora*, em que as colônias serviram como forma de ampliar o comércio e realização das mercadorias produzidas pelos países europeus, ao passo que passaram a prover insumos necessários ao desenvolvimento do comércio e indústria dos mesmos países em sua expansão capitalista, subsidiando também a reprodução de sua classe trabalhadora.

Ademais, na base da estruturação produtiva colonial edifica-se a escravidão: “antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do século XIX é a escravidão” (PRADO JR., 2011, p. 285). Temos a escravidão enquanto pilar sustentador da colonização, com grandes unidades produtivas, monocultoras, para produção e exportação de mercadorias a serem realizadas na Europa, o que foi possibilitado pela escravidão. Essa estrutura produtiva não possuía nada de *constutivo* para a realidade das colônias; era destruição objetiva e subjetiva, até por se pautar na negação e desumanização dos que foram escravizados: eram mercadorias, propriedades privadas e meios de produção dos senhores brancos. Dialeticamente, nas colônias, a escravidão operou na/pela *espoliação* objetivo-subjetiva, na

subtração e negação de negros(as) e indígenas, ao passo que sustentou o *desenvolvimento*, a *somatória* e a *afirmação* europeia; a destruição das colônias sustentou a construção capitalista que tinha na Europa ocidental o seu estágio mais avançado.

É possível desenvolver da análise *caiopradiana* que tal *sentido para fora* foi objetivo e subjetivo. Pela colonização e escravidão, forja-se uma condição de *nadificação*, hiper exploratório-opressiva, assujeitando e negando negros e indígenas enquanto escravizados, *coisas*. Eles se realizavam exteriorizadamente nas mercadorias que produziam, cuja função jamais foi o atendimento de suas necessidades. Seus sentidos objetivo-subjetivos, submetidos ao sentido geral da colônia, eram, pois, *para fora*, num caráter duplamente assujeitante: *fora de si*, no sentido da produção de mercadorias que não voltavam para eles; e *mais ainda fora de si*, pois todo esse processo não se orientou às necessidades internas da colônia.

Aliado a isso, podemos também apreender o caráter violento de tal processo, a violência como “potência econômica” (MARX, 2013, p. 821) e a “violência mais brutal” (p. 821). Desde essa análise *ontogenética*, já constatamos a violência aguda e sistemática, objetiva e subjetiva, como *normal* na formação social capitalista brasileira.

Aqui, resgatamos a análise de Clóvis Moura, em decorrência de lacunas e problemas na análise *caiopradiana*⁶ e de outros intérpretes de nossa formação social. Para Márcio Farias (2019, p. 18), Moura efetiva “uma dupla ruptura epistemológica em relação aos estudos sobre a população negra de cariz culturalista, de um lado, e de uma superação por dentro do marxismo, de outro”, demonstrando como o negro não foi só negado, mas se afirmou humano, se humanizou, negou sua negação, sendo agente dinamizador de nossa história. Quebra-se com construções ideológicas mistificadoras do negro (e indígena) como indolente, passivo, sinalizando para a relevância das *rebeliões da senzala*, dos *quilombos*; o negro “como protesto e o protesto negro como afirmações da humanidade do(a) escravizado(a); a produção do(a) negro(a) e da negritude como afirmações positivas” (COSTA; MENDES, 2022, p. 58). Se o sistema colonial-escravista se pautou na desumanização, negação, as *rebeliões da senzala* e *quilombos* foram a *negação da negação*, afirmando o seu caráter humanizatório.

Aliás, o que foi apontado como *preguiça*, *indolência* do colonizado, pode ser lido como a “sabotagem consciente da máquina colonial” (FANON, 1968, p. 254), afinal, se pelo trabalho escravo se tinha a mortificação objetiva e subjetiva do escravizado, a “liberdade seria o contrário do trabalho” (AZEVEDO, 1987, p. 255). Como contou Conceição Evaristo (2017, p. 72), já abordando a realidade do trabalhador negro no capitalismo dependente:

Quem era o mais sábio? O malandro ou o trabalhador? Fora o perigo da polícia, a vida de ambos era igual. As privações eram as mesmas. Uma coisa, pelo menos, estava provada. O trabalho não enriquece ninguém. A malandragem barata de morro também não.

No percurso desenvolvimental do MPC em sua forma particular brasileira, temos um salto qualitativo da colonização para a dependência, de modo que tal superação se deu na/pela incorporação dos fundamentos e elementos da colonização (e seu *sentido*), mas em um estado qualitativamente diferente, por mais que o “novo” não rompa com aspectos do “velho”. Essa mudança qualitativa, segundo Ruy

Mauro Marini (2005), se dá nas primeiras décadas do século XIX, com a Revolução Industrial e a consolidação da divisão internacional do trabalho, na qual a formação social brasileira se insere de maneira tardia e subordinada.

Dependência diz respeito ao caráter específico do capitalismo latino-americano, sendo uma “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005, p. 141). É característica estrutural das economias dependentes a transferência de valor, por meio de trocas desiguais, consequência da inserção tardia e subordinada dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho. A partir disso, podemos compreender a superexploração da força de trabalho como mecanismo compensatório da transferência de valor, aumentando a exploração da classe trabalhadora brasileira, indo desde o aumento das jornadas de trabalho e da intensidade delas, até o rebaixamento dos salários, elevando as taxas de lucro e de mais-valia (MARINI, 2005).

O rebaixamento dos valores e preços da força de trabalho, requisito e consequência da superexploração, pressupõe uma desvalorização baseada em critérios históricos e morais que sobredeterminam a formação da classe trabalhadora brasileira. Nesse sentido, as entificações subjetivas são entendidas nas mediações concretas do capitalismo dependente brasileiro, ou seja, expressam uma realidade específica na qual as relações sociais estão orientadas à reprodução ampliada desta forma particular de capitalismo e, em extensão, do MPC. Dialogando com Marx (2013), na continuidade do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, há o desenvolvimento da violência (econômica e extraeconômica) como *normalidade*, como força produtiva (IANNI, 2019), objetiva e subjetivamente.

A reprodução ampliada do capitalismo dependente também implica uma cisão na esfera do consumo (MARINI, 2005). Enquanto particularidade do ciclo do capital dependente, tal cisão se caracteriza por um mercado interno estratificado entre uma camada alta, ampliada tendencialmente e vinculada a investimentos dos capitalistas no intercâmbio com a produção externa, e uma camada baixa, comprimida e reduzida, na qual estão os trabalhadores em sua necessidade de consumir os meios necessários para a sua reprodução a partir dos seus salários. É sob tais condições que a classe trabalhadora (superexplorada) produz socialmente a riqueza a ser apropriada privadamente, e, nisso, *produz* a si mesma diante de um contexto de privações, no qual tal produção de bens não corresponde à possibilidade da classe que os produz de satisfazer suas necessidades, visto que “a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores” (MARINI, 2005, p. 72).

Revolução Burguesa, autocracia e gerenciamento (subjetivo) pelo alto

Pensar a formação subjetiva atual, requer se defrontar com as especificidades de nossa *Revolução Burguesa* (FERNANDES, 1976). A forma com que se realiza a Independência, enquanto revolucionária na “nativização” do controle político e, ao mesmo tempo, conservadora na manutenção da ordem social colonial escravocrata, num novo estágio qualitativo, exemplifica o *modus operandi* das classes dominantes

brasileiras ao longo da história, que estabelecem um conciliacionismo pelo alto, em que o “padrão de civilização burguês torna-se uma necessidade” (CAMPOS, 2021 p. 95). A burguesia brasileira,

[m]ero reflexo das relações materiais de produção, ela se insere como estrutura de dominação, no âmago mesmo dessas relações, inibindo, suprimindo ou reorientando, espontânea e institucionalmente, os processos econômicos, sociais e políticos por meio dos quais as demais classes ou quase-classes se defrontam com a dominação burguesa (FERNANDES, 1976, p. 303)

A teorização *florestaniana* permite refletir acerca da forma com que se impôs e impõe a burguesia nacional que, a partir da coerção, da violência, busca concretizar a extração de mais-valor da classe trabalhadora em vistas a suprir tanto as suas necessidades acumulativas quanto as estrangeiras, via apropriação dual. Uma modernização conservadora se dá nessa ordem, aprimorando-se com o passar tempo na direção da manutenção da dominação de classes, racista e sexista, das relações de produção. Justificada e sustentada na/pela superestrutura jurídica, política e ideológica, a concretude em que se desenvolvem os indivíduos objetiva e subjetivamente na/pela violência enquanto potência econômica (MARX, 2013; CASTELO, 2021), força produtiva (IANNI, 2019), expressa a própria condição de coerção da classe trabalhadora e, nela, das parcelas mais pauperizadas, mormente negras.

Estruturou-se na particularidade histórica brasileira um estado de *contrarrevolução preventiva*, visando a exploração e precarização cada vez maior da classe trabalhadora, de acordo com as demandas de acumulação. A violência é empregada permanentemente para subordinar a classe trabalhadora ao padrão de acumulação e dominação do capitalismo dependente brasileiro, prevenindo ofensivas contra a ordem autocrática (CAMPOS, 2021; IANNI, 2019). Invertendo Marx (2013), a violência na formação social brasileira não foi a *parteira* do novo, mas foi (e é) utilizada para tolhê-lo ou, no máximo, possibilitar um *arcaico-moderno*, não sendo arrefecida com o desenvolvimento e naturalização da violência econômica, a *coerção muda* do capital. Por sua vez, é possível concluir que a exceção aqui tem sido a regra.

Cabe destacar, ainda, que a violência, sobretudo no padrão *autocrático* de dominação burguesa, conformando um Estado *despótico*, um *capitalismo selvagem*, (FERNANDES, 1976), se assenta no racismo, com complexidade tal que este segue incrustado e mistificado na dinâmica social. O aparato repressor, carcerário e policial exerce papel de destaque, sendo forjado no sentido supracitado de *contrarrevolução preventiva*, em decorrência do *perigo de São Domingos* (MOURA, 1988), coagindo as rebeliões da senzala que insurgiram e sustentando o avanço de uma dialética superexploração-expropriação-opressão (CAMPOS, 2021).

Considerando a autocracia burguesa como traço estrutural de nossa formação social, é necessário explorar a dimensão econômica da violência que a caracteriza. Enquanto violência econômica exacerbada, a superexploração da força de trabalho teve (e tem) como corolário uma *super* violência extraeconômica, que acaba sendo econômica, na forma da autocracia burguesa. Como síntese, a subordinação da economia brasileira - que se expressa também nos planos (geo)político, cultural, ideológico - passa pela afirmação da subordinação de nossa burguesia enquanto elo débil na cadeia capitalista global, porém, reafirmando-se internamente como classe dominante, sendo *antinacional*, *antipovo*. Se as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, justificando-a e a reproduzindo, há uma

construção ideológica do *brasileiro* - leia-se, classe trabalhadora - e imagens do Brasil inferiorizadas, preconceituosas.

Porém, as críticas às possibilidades progressistas de modernização e desenvolvimento capitalista no Brasil foram posições minoritárias no debate econômico do século XX. Em um período histórico marcado por promessas desenvolvimentistas e o triunfo da estratégia nacional-democrática, baseada na suposição de uma burguesia nacional progressista (PRADO, 2019), autores da Teoria Marxista da Dependência - Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos - criticaram radicalmente essa possibilidade, apreendendo as dinâmicas do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (MARINI, 2005), sendo, por isso, marginalizados.

Contudo, apenas a coerção, mesmo a mais explícita e sistemática, caracterizada pelo padrão autocrático burguês, não era suficiente na produção de hegemonia. Foi necessária também a formação de consensos, e mesmo na coerção havia consensuação, por meio de mecanismos de gerência *pelo alto* das demandas e necessidades da classe trabalhadora. De acordo com Carlos Nelson Coutinho (1979, p. 41),

através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas “de cima para baixo” com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais.

Nosso desenvolvimento capitalista, de modernização conservadora, se deu, portanto, objetiva e subjetivamente de “cima para baixo”. Houve, pois, um gerenciamento também subjetivo “pelo alto”, num sentido de universalização de ideias, valores, concepções das classes dominantes - bem como imanentes à sociabilidade burguesa - e de subjetividades coagidas, tolhidas, pois de indivíduos coagidos, alienados de si, dos outros, dos produtos de seus trabalhos e da própria atividade produtiva, bem como dos processos políticos decisórios sobre suas próprias vidas, numa dialética coerção-consenso.

Por um lado, isso não nega o caráter autocrático de nossa particularidade capitalista, com a ditadura sendo “uma expressão extrema e radicalizada - de uma tendência dominante na história brasileira”, a saber, o “caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil, mesmo em seus breves períodos ‘democráticos’” (COUTINHO, 1979, p. 41). Por outro, diz da complexidade do processo, em que o alijamento da classe trabalhadora das decisões políticas, a violência brutal, foram mistificadas pela incorporação de algumas de suas demandas, só que com o intuito de prevenir seu alastramento e ganho de força revolucionário, via gerência estatal, conservando os fundamentos oligárquicos, coloniais, escravistas da *velha ordem*. Temos uma modernização-conservação, renovação-restauração, configurando uma dinâmica de *revolução passiva* - e *apassivada*.

Nesse interregno, um dos mecanismos de gerenciamento subjetivo pelo alto foi, justamente, a construção ideológica de uma sociedade *democrática*, afinal, demandas eram acolhidas e mudanças eram feitas, e *pacífica*, cujas modificações se deram sem a necessidade de revolução *stricto sensu*. Por conseguinte, prevenia-se subjetivamente ensejos subversivos, insurgentes - coadunados à brutal e ampla coerção objetiva.

Combinado a isso, acoplava-se aos *rebeldes*, na esteira da repressão às rebeliões da senzala, quilombos etc., a pecha de *inimigos internos* por ameaçarem a *paz* e a *democracia*, ao passo que eram culpabilizados por nossas mazelas e atraso social, reproduzindo e sofisticando mistificações essencialistas sobre o dito caráter de preguiça, o *jeitinho brasileiro*, propenso à corrupção etc. Especificamente, alguns indivíduos e grupos, como os negros, passam de *bom escravo a mau cidadão* (MOURA, 2021). Como assinalou Luis Fernandes (2022), “[a] crença no “jeitinho brasileiro”, na existência de um proletariado nacional composto de ‘trabalhadores ruins e despreparados’ e na ‘corrupção endêmica do nosso povo’ é uma forma [...] de culpabilizar o próprio povo por ser explorado e viver num país periférico no sistema mundial”, mistificando que “as práticas de corrupção, em vez de ter o Estado como grande promotor, como sustentam os teóricos do patrimonialismo, na verdade, são impulsionadas pela reprodução social das classes dominantes no capitalismo dependente e periférico” (p. 98). A classe dominante, garantidora de nosso padrão *pacífico e democrático*, era mistificada na aparência como *democrática, nacionalista* etc. sustentando ideologicamente - junto à própria estrutura econômica e ordenamento político - tal padrão autocrático e de gerência pelo alto e ilusões sobre a possibilidade de modernização democrática por conciliação.

Racismo e os mecanismos (subjetivos) de barragem do negro

Para Clóvis Moura (2019, p. 46), a transição do escravismo ao capitalismo dependente se deu sem ruptura, de modo que, se “a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação, inclusive ideológicos, foram mantidos e aperfeiçoados”. A abolição, apesar de ser também resultado de lutas e insurreições, foi gerida pelo alto, corroborando uma estrutura econômica que, mesmo não mais formalmente escravista, ainda era alijadora do negro: uma barragem ao negro, nos termos de Moura; um *circuito fechado*, para Florestan Fernandes (2010). Forjou-se (e se manteve) uma divisão social e racial do trabalho, em que o negro não foi incorporado como proletariado. A passagem da escravidão *stricto sensu* ao trabalho livre assalariado se deu na forma do desemprego, da exclusão do mercado de trabalho. O negro tido como sinônimo de trabalho escravo era tido como incapaz do trabalho assalariado.

Para justificar essa segregação, criam-se ideias mistificadoras e, ao mesmo tempo, justificadoras, como a do negro indolente, preguiçoso, *de bom escravo a mau cidadão* (MOURA, 2021), contrariando a concepção do negro como sinônimo de trabalho braçal e do trabalho braçal (mais exploratório, extenuante e desumanizante) como sinônimo de negro. Elas são “elementos ideológicos de barragem social” (MOURA, 2019, p. 94), reproduzidas até por trabalhadores, contribuindo para empurrar o negro às franjas mais subalternas. Logo, a condição inferiorizada do negro diz dessa amálgama objetivo-subjetiva: ele é *barrado* objetivamente, em “um permanente processo de imobilismo social que bloqueou e congelou a população negra e não-branca permanentemente em nível nacional” (MOURA, 1988, p. 46) e tal realidade objetiva é subjetivada de maneira mistificadora, sendo justificada e perpetuada.

A dialética negro-branco, na passagem da escravidão ao trabalho assalariado representou, a partir do branqueamento, a dialética arcaico-moderno, em que o negro representava o passado, a escravidão, o atraso, enquanto o branco a modernidade, a ordem social competitiva, o progresso. O negro como negativo, dialeticamente relacionado ao branco como positivo, resultou até no branco como *tipo ideal de trabalhador* e não só como o universal vinculado à classe dominante, do europeu. Melhor dizendo, o branco como afirmação na/pela negação do negro, forjando um gradiente com *branco* no pólo de humanidade e *negro* no outro, no de inumanidade. Quem se aproximava mais do branco, tendia a ser mais socialmente reconhecido, e quem se aproximava do polo negativo (negro), tendia a ser mais desvalorizado. De maneira mais intrincada (e venal), um gradiente que ao tomar o branco como positivo, tem na branquitude uma política universal, se expressando subjetivamente. Por isso, a “grande maioria dos brasileiros” procura “elementos de identificação com os símbolos étnicos da camada branca dominante” (MOURA, 2019, p. 91).

A superação da escravidão rumo ao “progresso” significou a eliminação do negro objetiva (fisicamente até) e subjetivamente. Objetivamente, como discutiremos, a saída foi sua barragem, compelindo-o às franjas mais subalternizadas da classe trabalhadora, quando não a sua barragem vital, pela continuidade do genocídio. Na falta do branco como mão de obra, a política de imigração foi a saída; o imigrante europeu como “raça mais nobre, ou melhor, caucásica, branca, europeia e, por todas essas qualidades, *superior*” (MOURA, 2019, p. 110). E tal empreitada não apenas se manifestou (e se justificou subjetivamente) como também (re)produziu toda uma *ideologia do branqueamento*, uma *ideologia racista*.

Os estudos das políticas de imigração entre o último quartel do século XIX e início do XX, por exemplo, expressam muito bem o caráter racista da formação do Estado e capitalismo dependente brasileiro, brilhantemente sintetizado por Clóvis Moura (2019, p. 109) na frase “[o] Brasil teria que ser branco e capitalista”. No período do pós-abolição, efetuam-se mecanismos objetivos de barragem social do negro, que se manifestavam subjetivamente; eram subjetivados e objetivações. Para Costa e Mendes (2022, p. 46), numa citação em que dialogam com Silvio Almeida e Marx – e os citam:

No processo de superação do sistema colonial e da “Abolição”, emana o racismo, estruturando nossa sociabilidade (ALMEIDA, 2018) enquanto mecanismo de barragem do(a) negro(a), conforme Clóvis Moura (2019). Tal estruturação pelo racismo se dá objetiva e subjetivamente, deitando suas raízes na colonização-escravista, mas não se limitando a ela; o racismo como estruturante da totalidade das relações de produção e forças produtivas, isto é, a “estrutura econômica da sociedade”, bem como da superestrutura “jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 2008, p. 47)

Com o intenso desenvolvimento no período nacional-desenvolvimentista, do ciclo nacional-popular (1930-1964), que passou a requerer a incorporação de amplo montante de mão-de-obra, inclusive da força de trabalho negra, há uma sofisticada mudança do *eugenismo* ao *mito da democracia racial*, sem alterar o conteúdo e determinação racistas. A assunção do mito da democracia racial faz com que as condições subalternizadas do negro fossem sua culpa e responsabilidade, com as respostas transitando entre o biologicismo, o psicologismo e o culturalismo. Já que somos uma democracia racial, como explicar tamanha desigualdade senão pela culpabilização dos indivíduos agora *livres*, mas incapazes de usufruir do

reino de possibilidades democráticas. Não apenas “se confunde o plano miscigenatório, biológico portanto, com o social e econômico” (MOURA, 2019, p. 94), como o social e econômico se transformam em individual, culpabilizando o negro pelas mazelas do país.

Segundo Moura (2019, p. 89), “estabeleceu-se uma ponte ideológica entre a miscigenação (que é um fato biológico) e a democratização (que é um fato sociopolítico), tentando-se, com isso, identificar como semelhantes dois processos inteiramente independentes”. Porém, se atentarmos para o conteúdo dessa mistificação, isto é, nos voltarmos para a essência de tal ideologia distorcida da realidade, veremos que: sendo nossa democracia semelhante ou pautada pela miscigenação e, ela, fruto da violência colonial, escravocrata, temos uma democracia *violentada e violentadora*. Se o roubo, o estupro etc. marcam o processo de miscigenação, igualmente, fundam e substanciam nossa democracia.

Assim, o *medo branco* (AZEVEDO, 1987), o *perigo de São Domingos* (MOURA, 1988) demonstram como o racismo se estabelece através da coerção, no consenso burguês da ordem autocrática, expresso, inclusive, nos elevados e desiguais índices de sofrimento e adoecimento da população negra, como manifestação e denúncia de sua própria condição alienada e estranhada pelo racismo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). A autocracia burguesa se faz no racismo, e se mantém através de uma contrarrevolução permanente consagrando “uma forma de luta de classes em que a mediação sempre foi a violência - quase como um estatuto ontológico” (FARIAS, 2021, p. 335). Esta se manifesta e aprimora de várias formas, mas mantendo o negro como estranho e branco universal, se afirmando na negação do primeiro e conformando indivíduos e subjetividades ainda mais estranhados. Consonantes a Costa e Mendes (2022, p. 55), o(a)

negro(a) passa de não-humano na condição de escravizado, para humano enquanto trabalhador livre, mas numa raça inferior. Temos uma barragem ao(a) negro(a) econômica-política-socialmente e na dimensão humana. É permitido ao(a) negro(a) ser humano(a), mas não tão humano(a); ao(a) negro(a), não é possibilitado o universal”.

Ademais, a análise das condições de reprodução da força de trabalho em economias latino-americanas também expõe outras consequências do exército industrial de reserva como continuidade de tais barragens. Essa superpopulação relativa avolumada se associa com a necessidade de rápida reposição da força de trabalho, já que a superexploração implica o desgaste prematuro, e de rebaixar o valor dessa força de trabalho, dada a vasta disponibilidade de mão de obra (MARINI, 2005). Essa superpopulação relativa, mantida através do desemprego estrutural, é também determinante no controle do poder reivindicativo e na capacidade organizativa da classe trabalhadora. É fundamental a crítica de Farias (2017, p. 410), de que a “superexploração da [força de trabalho da] classe trabalhadora latino-americana tão discutida pela teoria da dependência só é possível tendo o racismo como seu principal alicerce. É ele que conforma material e subjetivamente esse trabalhador pauperizado”.

Contudo, à negação se contrapôs a *negação da negação* por meio da *práxis radical do negro*. É fundamental a análise de Moura (2019; 2021) sobre como o negro passa de *grupo diferenciado* a *grupo específico*, a partir da reflexão marxiana sobre *classe em si* e *classe para si*. Ao serem estranhados como *grupo diferenciado* (o não-branco e não-humano, bandido, preguiçoso), negam tais barragens, se afirmando pelas suas

diferenças, ou seja, a *negritude* como afirmação positiva, se configurando como *grupo específico*. Pela *práxis radical negra*, temos exemplos de organização coletiva, resistência, não só superando tais barragens e seus efeitos, como construindo movimentos de reconhecimento, de identificação, de elevação de consciência sobre sua condição numa sociabilidade racista - podendo e devendo se reconhecer também como classe trabalhadora, de modo que a força social dinamizadora da sociedade seja “a classe oprimida a que o membro de cada grupo específico pertence” (MOURA, 2021, p. 329).

Dialogando com Florestan Fernandes, ao ser negado duplamente, enquanto negro e trabalhador, a existência e afirmação da humanidade do negro “nega duplamente a sociedade na qual vivemos - na condição racial e na condição de trabalhador” (FERNANDES, 2017, p. 26/27). Em vez de uma conclusão simplória, que não chega a ser mentira, mas carece de dialética, do negro *duplamente negado*, o temos como “duplamente revolucionário - como proletário e como negro” (p. 26). Ainda para Fernandes (2017, p. 63), “o negro vem a ser a pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira”; com a “raça” sendo a “pólvora do paiol”, ao definir “o padrão de democracia, em extensão e profundidade”.

Patriarcado e inferiorização (subjéitiva) da mulher

As condições peculiares de reprodução do capitalismo dependente também se expressam à medida que se ancoram no patriarcado como estrutura social (violenta), forjando uma dinâmica de dominação exploratório-opressiva assentada na/pela inferiorização e negação objetiva e subjéitiva da mulher (SAFFIOTTI, 2015). Em consonância a Saffiotti (2013), as mulheres no MPC e sua particularidade dependente na realidade brasileira, possuem uma dupla desvantagem: (a) estrutural, com alijamento ou inserção periférica ou subalternizada na esfera produtiva, relegando-a ao trabalho reprodutivo, que não é concebido como trabalho, não sendo pago; e (b) superestrutural, com inferiorização de suas capacidades e tolhimento à consciência enquanto mulheres - e, mais, enquanto mulheres trabalhadoras.

No MPC, há o recrudescimento e a generalização da subalternização de frações da população no sistema produtivo, tomando o gênero como fonte de inferiorização social feminina, o que, por sua vez, interfere de forma positiva na reprodução desta sociabilidade: o capitalismo como obstáculo em si para a realização da mulher. Portanto, o desenvolvimento capitalista não significou ou significará a emancipação das mulheres, mesmo com a sua incorporação ao mercado formal de trabalho, sendo uma mistificação ideológica a concepção de que uma maior autonomia financeira da mulher seja suficiente para “libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente” (SAFFIOTTI, 2013, p. 128).

Nesse sentido, a “sociedade capitalista não coloca o trabalho feminino como via de objetivação da mulher” (SAFFIOTTI, 2013, p. 512). Ou seja, não é “apenas” que ela se objetiva de maneira alienada, estranhada no/pelo trabalho alienado, estranhado, mas como isso se complexifica na sua condição de trabalhadora (não vista como tal) mulher (inferiorizada).

Há aqui também uma divisão racial do trabalho enquanto expressão do racismo e sexismo como “irmãos gêmeos” (SAFFIOTTI, 2015, p. 132); o nó classe, gênero, raça, etnia. Por exemplo, a redução da

carga doméstica e a subsunção ao mercado baseiam-se na força de trabalho da empregada doméstica negra, dentre outros exemplos para atividades mais subalternizadas que se voltam mormente a elas. O que se deve reiterar é como tais estruturas exploratório-opressivas e as relações sociais são instrumentos para gerir o conjunto da força de trabalho, porém, se apresentando de maneira mistificada, por meio de mecanismos ideológicos de inferiorização da mulher, sejam eles biológico-naturais, psicológicos etc., que possuem uma base material: uma economia política do sexo, melhor dizendo, do gênero.

Enquanto ideologia, não se pode desconsiderar a “dimensão material das ideias” (SAFFIOTTI, 2015, p. 132), como se pairasse acima da matéria ou fosse mero espelho dela. Tais ideologias tomam corpo, ou melhor, se materializam singularmente nos próprios indivíduos singulares. Dizem de modos de subjetivação que, por sua vez, se objetivam na/pela *práxis*. A ideologia como “relevante elemento de reificação, de alienação, de coisificação” (p. 148). O homem explosivo, a mulher resignada; o primeiro forte e racional, a segunda frágil e emotiva; o homem provedor, *Don Juan*, a mulher a ser sustentada e conquistada; o tipo ideal de mulher *bela, recatada e do lar*; a mulher negra ainda mais objetificada, produto sexual ou naturalmente explosiva, dentre outras construções mistificadoras que derivam de uma base material e a reproduzem, dizendo da dialética objetivo-subjetivo, estrutura-superestrutura.

Isso remete à condição da mulher negra nos marcos coloniais-escravocratas, que “[t]ransformada em objeto de trabalho era, também, objeto de uso sexual do senhor” (MOURA, 1988, s/p). Denota-se uma *tripla* condição de coisificação e negação: mulher, negra e escravizada. Não queremos reiterar uma lógica de *somatória*, muito menos uma história a-histórica: o passado *simplesmente* determinando o desenvolvimento ulterior, o presente; a condição da mulher negra como resquício colonial-escravocrata ou a mesma coisa. Contudo, não se pode dissociar tal historicidade de sua gênese (histórica), devendo ser dialeticamente histórica-estrutural, diacrônica-sincrônica. O desenvolvimento capitalista nos lega a operar de tal forma, cuja dinâmica e caráter opressivo imanente é necessária à desvalorização de determinados indivíduos e grupos para aumentar a produção e extração de *mais-valor* ou, no caso analisado, a desconsideração do trabalho reprodutivo e da condição da mulher - mormente negra - como trabalhadora e, em extensão, humana.

Saffiotti (2013) apreendeu tal complexidade da mulher enquanto propriedade (não só do marido, mas da família), ao passo que a mulher negra era propriedade enquanto mulher e escravizada; tornada “simultaneamente *res* e pessoa humana. Transfigurava-se, assim, em processo de *coisificação* o papel que lhe cabia enquanto pessoa, e em criatura humana a *coisa* (instrumento de trabalho)” (p. 236). Assim, o universal se expressou não só enquanto *branco*, mas como homem, ao qual acrescentamos: das classes dominantes.

O que era universal na sociedade escravocrata brasileira, quer a mulher desempenhasse papéis úteis, quer levasse vida ociosa, era a aceitação, por parte do elemento feminino, da completa supremacia do homem sobre a mulher no grupo familiar e na sociedade em geral. Todo o processo de socialização da mulher encaminhava-se para essa submissão (p. 246)

Temos um conjunto de *mecanismos de barragem* - continuando o diálogo com Moura -, objetivos e subjetivos à mulher; uma inferiorização que se dá objetiva e subjetivamente, também como “barreira à

conscientização dos problemas econômicos e políticos nacionais por parte da população feminina [mesmo aquela] pertencente à elite dominante” (SAFFIOTTI, 2013, p. 249). Não à toa, sua condição formal de “cidadã” e alguns de seus direitos - também formais, não concretos - foram conquistados ainda mais tardiamente, como o direito ao voto.

A *libertação* da mulher no seio do MPC só pode ser entendida em sentido relativo, enquanto emancipação política, por expressar a liberdade para vender a própria força de trabalho numa ordem social capitalista, patriarcal e racista. Nessa direção, temos a luta feminista aliada da luta de classes, atrelada a ela - e vice-versa. Porém, a “crença de que a implantação do socialismo levava, automaticamente, à destruição dos elementos culturais responsáveis pela inferiorização social da mulher limitou as possibilidades de solução satisfatória do problema feminino nas sociedades socialistas” (SAFFIOTTI, 2013, p. 516). Logo, a luta de classes não conduzirá à emancipação humana sem destruir a opressão feminina.

A farsa do fim da história no neoliberalismo e a tragédia da “crítica” da subjetividade neoliberal: das ideias fora do lugar ao lugar fora das ideias

As mediações do capitalismo dependente também devem ser compreendidas diante da reestruturação produtiva do capital desde a década de 1970 como resposta à crise estrutural do capital, organizando uma ofensiva do capital monopolista em torno de um conjunto de contrarreformas para compensar a queda tendencial das taxas de lucro (NETTO; BRAZ, 2012) e frear possibilidades organizativas da classe trabalhadora. Tal fenômeno e suas expressões ideológicas, nomeado de *neoliberalismo*, têm sido compreendido e interpretado por uma multiplicidade de formas, não havendo definição consensual sobre seu objeto e significado, mesmo no marxismo (CASTELO, 2012). Diante dessa diversidade interpretativa, é necessário o resgate histórico tanto das determinações mais gerais do processo de neoliberalização quanto dos aspectos particulares do desenvolvimento capitalista brasileiro, à medida que o neoliberalismo “conserva e nega simultaneamente elementos do passado, superando muitos deles em uma nova fase do desenvolvimento capitalista no Brasil” (CASTELO, 2012, p. 290).

Coutinho (2012), ao abordar o tema da mundialização do capital e a generalização de políticas neoliberais, indica como inconclusa a tarefa de caracterizar sistematicamente este período, tomando tal lacuna como ponto de partida para fazer uma original contribuição interpretativa do neoliberalismo a partir de categorias explicativas de Gramsci. Para ele, não se aplica à época neoliberal a categoria de “revolução passiva”, haja vista que ela pressupõe a coexistência de aspectos restauradores e renovadores, no sentido de um “reformismo pelo ‘alto’” (COUTINHO, 2012, p. 119), como analisado. À época neoliberal, se aplica a categoria de “contrarreforma”, marcada pela predominância do momento da restauração, de modo que há uma “tentativa aberta - infelizmente em grande parte bem sucedida - de eliminar” (p. 123) direitos sociais e reformas historicamente conquistados pela classe trabalhadora em nome da restauração de um padrão acumulativo de “um capitalismo selvagem, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado (p. 123). Tal supressão radical, não se apresenta como *restauração*, mas como *reforma*, não obstante seus resultados sejam antagônicos ao sentido histórico do reformismo na social-

democracia. Nesse sentido, não é incidental que as políticas de austeridade neoliberal mais notórias no Brasil contemporâneo se apresentem enquanto *reformas*, como é o caso das “Reformas” Trabalhista, Previdenciária, Administrativa etc.

Sodré (1998) também desvela uma importante dimensão da época neoliberal, frequentemente ocultada em leituras unilaterais de uma “racionalidade neoliberal” que, ao negarem o ponto de vista da totalidade, deixam de conceber a concretização da lógica neoliberal na particularidade brasileira em termos de uma *dialética entre arcaico e moderno*. Analisando o ascenso tardio do neoliberalismo no país em 1990, aponta à dimensão histórica da troca desigual no desenvolvimento econômico, apreendendo a relação e entre mecanismos ideológicos neoliberais com as necessidades de reprodução do capital: o “neoliberalismo tem sido a fórmula mágica com que um mundo, o primeiro, afundado em crise, tenta transferir ao terceiro, a nós que nele vivemos, os seus problemas” (SODRÉ, 1998, p. 22). Tal fórmula, apresentada ideologicamente como triunfo do capitalismo na tese do *fim da história*, “apregoava como nova a mais arcaica das formulações” (p. 40), qual seja, a perpetuação de uma ordem social arcaica (pois retoma os patamares de exploração econômica e submissão política e ideológica do país a um patamar ainda mais bárbarico, acirrando a dependência do capitalismo brasileiro), mas sob um verniz fantasioso e tecnocrata de modernização.

Não é por acaso, que um ilustre representante da “ala técnica” do governo Bolsonaro, ao justificar a manutenção de uma política cambial de desvalorização do real, afirmou que o dólar alto é bom para todos, pois mantido a patamares baixos, “até empregada doméstica estava indo à Disney”⁷. Evidencia-se na fala do *Chicago-boy*, para além de um ranço colonial, uma franca confissão do papel objetivo-subjetivo dos mecanismos de barragem social (MOURA, 2019) na consolidação do ajuste neoliberal no contexto brasileiro. Se, como para certos autores, o ponto central da crítica à subjetividade neoliberal, está inscrita em sua compreensão enquanto universalização de uma ordem concorrencial (DARDOT; LAVAL, 2016), uma subjetivação contábil-financeira internalizada no indivíduo “empresário de si”, ainda teremos a tarefa de aprofundar e trazer à concretude o debate: qual é o *sentido* da ordem concorrencial brasileira, e, por conseguinte, como tal *sentido particular* se articula na determinação recíproca entre objetividade histórica e campo de possibilidades subjetivas?

Na impossibilidade de exaurir o debate, apontamos inicialmente como que por trás da aparência fenomênica do *gerente* ou *empresário* de si, temos, cada vez mais, o *privilegio da servidão* (ANTUNES, 2020). A sofisticação dos grilhões, vinculada à reestruturação e flexibilização produtiva expressa nas novas morfologias do mundo do trabalho não pode escamotear os grilhões objetivos existentes, sob a pena de que as “análises” que assim o fizerem se tornarão elas mesmas grilhões subjetivos, ao mistificarem a realidade, tolhendo possibilidades superadoras. Pode-se até concluir que a saída estaria no retorno ao padrão “pré-neoliberal”, com relações de trabalho menos flexíveis, novamente mistificando que, apesar do que estas *novas* morfologias trazem de novo ou acentuam na forma e na aparência, temos, no conteúdo, uma condição cada vez mais exploratória, coercitiva, violenta - basta olharmos os patamares de (hiper)encarceramento, de homicídios (FERREIRA; SOARES, 2021).

Assim, questionamos em que sentido o neoliberalismo, ao menos para nós, é uma *nova razão do mundo* (DARDOT; LAVAL, 2016). Para Sodré (1998), no Brasil, o “neoliberalismo é arcaico” (p. 109) ou o arcaico-moderno; “disfarçado em roupagens que fantasiavam o novo [...] consagra o que temos de mais velho, aquilo que precisa ser realmente superado” (p. 110).

Analisamos o *neo* como a radicalização do liberalismo; o liberalismo sem freios. Na periferia, o liberalismo “não só apenas conviveu muito bem com o autoritarismo, como dele se utilizou, não se tratando, portanto, de antagonistas ou uma anomalia”. Nossa “história colonial e desenvolvimento subordinado e dependente nos mostra que para o centro do capitalismo, liberalismo no dos outros é refresco” (COSTA; MENDES, 2020, p. 99). Se para Marx (2013, p. 829) a “escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo”, o *gerencialismo de si* dos assalariados na Europa, não necessita, como pedestal, do *privilégio da servidão* na periferia? O dito *empresário de si* é, cada vez mais, *servo de outrem, do capital*; uma expressão das violências econômica e extraeconômica que, em nosso país, se dão nos marcos da *autocracia burguesa*.

A análise e crítica do neoliberalismo e sua constituição subjetiva no capitalismo dependente brasileiro pode, então, ao invés de reprodutora do “fim da história”, ser a “fuga da história”, no sentido de transplantar mecanicamente a realidade dos países centrais ou operar por tipificações-ideais de uma *subjetividade neoliberal* que desconsidera as particularidades de nossa formação social e dinâmica presente, mesmo nos marcos do neoliberalismo; das *ideias fora do lugar ao lugar fora das ideias*. Alertamos para que as análises sobre a racionalidade e subjetividade neoliberais, que resultam no *gerenciamento de si*, não se tornem instrumentos de reprodução da “coerção muda” do capital, mesmo que seu intuito seja dissecar o atual estágio do capitalismo, que não repitam a dinâmica do neoliberalismo como *tragédia* e sua análise crítica como *farsa*. Não queremos, com isso, dizer que são mentirosas, que não haja uma captura subjetiva do trabalhador a se reconhecer como empresário, empreendedor, mas que atestar só isso é insuficiente.

Ademais, a perspectiva do eu *empresário de mim* tem seu fundamento na concretude brasileira diante de um complexo ideológico do individualismo, da culpabilização individual e da meritocracia, que se erige no/pelo ocultamento das determinações particulares da realidade brasileira, como o racismo e o patriarcado enquanto estruturantes. Quando diante do massivo desemprego, ideólogos neoliberais propõem a panaceia do *empreendedorismo de si*, é preciso resgatar o dado que, dos 8 milhões de brasileiros que perderam o emprego no primeiro semestre de 2020, 71% eram negros (DIEESE, 2021). Assim, no capitalismo dependente brasileiro, um dos componentes ideológicos fundamentais dessa lógica está manifestado no ascenso do neoconservadorismo e na reiteração da ideologia de democracia racial.

Plasma-se a isso outra das características ideológicas fundamentais do neoliberalismo sintetizada na noção de *fim da história*, em que o colapso da União Soviética e o fim do “socialismo real” significou o triunfo eterno da democracia liberal, deslocando qualquer possibilidade para dentro de um campo de aceitação da economia de mercado (SODRÉ, 1998). Uma notória expressão objetivo-subjetiva da noção do fim da história se encontra no processo político do transformismo em sua particularidade neoliberal, descrito por Coutinho (2012, p. 124) como “processo cooptação das lideranças políticas e culturais das

classes subalternas”, buscando “excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social”.

Dessa forma, a ideologia neoliberal visa uma verdadeira captura subjetiva dos sujeitos históricos do proletariado por meio de um consenso em torno da economia de mercado e os pressupostos capitalistas. Isto implica também em uma hegemonia da “pequena política”, pois “a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente” (COUTINHO, 2010, p. 32).

Em consonância Costa e Mendes (2020, p. 39), num diálogo com Coutinho:

ao invés da gerência das subjetividades “pelo alto”, o que permitiria a incorporação de algumas demandas dos de “baixo”, e que, por sua vez, significaria a manutenção de esperanças de transformação, a possibilidade e a continuidade do sonho – novamente, mesmo rebaixado e com seu fim presente em si mesmo –, a conjuntura atual de contrarreforma simplesmente tolhe tais devires, por meio da ofensiva do capital neoliberal

Dessa forma, para além de retirar dos horizontes do debate e formulação política os anseios e necessidades da vida cotidiana do indivíduo da classe trabalhadora, o neoliberalismo também engendra, a partir de sua objetivação, processos subjetivos que atuam no sentido de fortalecer uma lógica fatalista, de imobilidade e impossibilidade de mudanças. Trata-se de um *embarreiramento* ainda mais evidenciado, na qual ela se encontra na defensiva, reativa - não à toa, a resistência se torna o objetivo, o que manifesta o rebaixamento dos horizontes estratégicos que, por sua vez, se atrelam à precarização das condições objetivas.

Ressalta-se que tal fatalismo é expressão subjetiva de um processo objetivo de redução de horizontes e possibilidades, permeado pelas violências econômicas e extraeconômicas (COSTA; MENDES, 2020). No capitalismo dependente, o caráter econômico dessa redução objetiva de horizontes se mostra marcante no fato que, para a grande maioria da classe trabalhadora, o viver está reduzido ao sobreviver precariamente, já que há atualmente 116 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, além da discrepância de o salário-mínimo real ser apenas 20% do salário-mínimo necessário (DIEESE, 2020). A concretude desse fatalismo é muito bem ilustrada pelas palavras de Carolina Maria de Jesus, “[c]omecei a sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? *Parece que quando eu nasci o destino marcou-me para passar fome*” (JESUS, 1960, p. 45, grifos nossos).

Entretanto, tal fatalismo não expressa apenas resignação, pois, como apontam Costa e Mendes (2020), ele também é expressão de revolta, só que não atenta contra a ordem. O aumento nos índices de sofrimento psíquico no país é um exemplo disso, não sendo só um sintoma, uma manifestação das condições presentes, mas também um protesto contra elas ou uma sinalização da incongruência entre as condições para se produzir e a condição do indivíduo como ser social, da sua desumanização, só que um protesto alienado e alienante que se volta contra o próprio indivíduo. Junta-se a isso, a própria fabricação de adoecimento em larga escala, via (psico)patologização da vida, como mais um dos mecanismos - violentos - de controle, silenciando o caráter de protesto de tal sofrimento; uma violência preventiva.

Considerações finais

Em nosso propósito de esboçar uma interpretação acerca da formação subjetiva na formação social brasileira, resgatamos interpretações clássicas e analisamos alguns de nossos elementos constitutivos numa dialética objetivo-subjetiva. Acreditamos ter demonstrado a pertinência do marxismo, sobretudo dele no pensamento social brasileiro, para a compreensão do que temos sido objetiva e subjetivamente e, mais especificamente, à psicologia brasileira, buscando superar as tradicionais análises psicologizantes ou subjetivistas e individualizantes sobre a *dimensão subjetiva* no âmbito das ciências psi (psicologia, psicanálise e psiquiatria). Inclusive, o destaque à dimensão subjetiva nos títulos das seções se deu apenas para fins didáticos, enfatizando a presença do momento subjetivo, da subjetivação da realidade objetiva, na totalidade dos processos.

Ao se tratar de um exercício sintético e incipiente, cabem inúmeros desenvolvimentos e melhorias, não só nas próprias determinações e mediações aqui apreendidas, como em outras que carecem de ser abordadas, como, a título ilustrativo, a formação religiosa que tem se manifestado de maneira intensa na formação subjetiva brasileira. Em especial, a partir da dialética singular-particular-universal, é necessário avançar quanto às subjetividades como expressões concretas dos indivíduos singulares, manifestando singularmente o universal, mediadas pelas particularidades sociais – objeto este de diálogos e fundamentações da psicologia no e com o marxismo, como ocorre, por exemplo, na Psicologia Histórico-Cultural. Este movimento, aliás, diz respeito à *práxis* psicológica, no intuito da construção de uma psicologia concreta, cuja concretude seja a concretude da realidade sobre a qual ela se debruça e na qual (e com a qual) ela atua. Por fim, o presente esforço pode contribuir a este e a outros movimentos, que se voltam a apreender como o MPC, em seu atual estágio de desenvolvimento e sua forma particular no capitalismo dependente brasileiro, se concretiza objetiva e subjetivamente nos/pelos indivíduos e como estes, dialeticamente, subjetivam tal realidade e a objetivam por meio de suas *práxis*, inclusive como negações a ele, possibilitando a sua superação.

Referências:

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2020.

AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAMPOS, G. A. **Violência estatal e capitalismo: ensaio sobre o sistema de justiça criminal no capitalismo dependente brasileiro**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CASTELO, R. Carlos Nelson Coutinho e a controvérsia sobre o neoliberalismo. In: BRAZ, M. (Org). **Carlos Nelson Coutinho: e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 287-320

CASTELO, R. A violência como potência econômica na gênese da “questão social” no Brasil. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, p. 94-109, 2021.

- CHAGAS, E. F. O Pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, 2013.
- CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado**. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.
- COSTA, P. H. A.; MENDES K. T. **Subjetividades no Brasil da cólera**: formação e conjuntura. Curitiba: CRV, 2020.
- COSTA, P. H. A.; MENDES K. T. Colonização, escravismo e racismo: contribuições a uma psicologia brasileira antirracista. **Teoría y Crítica de la Psicología**, n. 18, p. 44-64, 2022.
- COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. **Encontros com a Civilização Brasileira**. v. 9, p.33-48, 1979.
- COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.
- COUTINHO, C. N. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? **Novos Rumos**, 49(1), p.117-126, 2012.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIEESE. (2020). **Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03.html>. Acesso em: 10 out. 2021.
- DIEESE. (2021). **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 10 out. 2021.
- EVARISTO, C. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.
- FARIAS, M. **Clóvis Moura e o Brasil**: um ensaio crítico. São Paulo: Dandara, 2019.
- FARIAS, M. Lukács: apontamentos críticos acerca do racismo. **Revista Fim do Mundo**, Marília, v. 4, p. 323-341, 2021.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERNANDES, F. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010.
- FERNANDES, F. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- FERNANDES, L. E. Notas críticas sobre corrupção, patrimonialismo e o “jeitinho brasileiro” na formação social brasileira. **Princípios**, São Paulo, n. 164, p. 70-99, 2022.
- FERREIRA, H.; SOARES, M. K. Violência e Segurança Pública: uma síntese da produção da Diest nos últimos dez anos. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Brasília, n. 29, 129-139, 2021
- GONZÁLEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, v. 2, p. 223-244, 1984.
- GONZÁLEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- IANNI, O. Tendências do pensamento brasileiro. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 55-74, 2000.
- IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.
- JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Paulo de Azevedo, 1960.

- LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- LUKÁCS, G. O particular à luz do materialismo dialético. In: LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como uma categoria da Estética**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018. p. 79-120.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.) **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 131-172
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. **O capital: crítica da Economia Política. Livro 1. O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAZZEO, A. C. **Estado e Burguesia no Brasil: as origens da autocracia brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
- MOURA, C. Cem Anos de Abolição do Escravismo no Brasil. **Princípios**, São Paulo, n. 15, p. 5-10, 1988.
- MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MOURA, C. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Dandara, 2021.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006
- PRADO, F. C. Ideologia do Desenvolvimento, Teoria Marxista da Dependência e Crítica da Estratégia Democrático-Popular. In: IASI, M., FIGUEIREDO, I. M.; NEVES, V. **Estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 101-124.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- RICUPERO, B. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011.
- SAFFIOTTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SODRÉ, N. W. **A farsa do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998.
- VAISMAN, E.; ALVES, A. J. L. Apresentação. In: CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 7-23.
- YAMAMOTO, O. H. **A crise e as alternativas da psicologia**. São Paulo: Edicon, 1987.

Notas

¹ Graduado em Psicologia pela Universidade de Brasília; mestrando no Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1869872678665940>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4035-8715>; E-mail: joao.gcam@gmail.com.

² Graduado em Psicologia pela Universidade de Brasília; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8695346946184892>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2638-6365>; E-mail: schmelingsi@gmail.com.

³ Doutor em Psicologia; docente no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6035950598297383>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2404-8888>; E-mail: phantunes.costa@gmail.com

⁴ Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos pela Universidade Federal do Pará e estágio pós-doutoral em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento na Universidade de Brasília; Lattes Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8904331147130910>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5116-6009>; E-mail: sorayasouza.psi@gmail.com

⁵ Apesar da concordância com a análise de Mazzeo (2015) sobre a via de desenvolvimento “colonial-prussiana” da formação social brasileira, não consideramos necessária a adição de “prussiana”, que o autor incorpora de Carlos Nelson Coutinho, que, por sua vez, se debruça na análise de Lênin sobre as vias de desenvolvimento capitalista não clássicas. Por isso, usaremos “via de desenvolvimento colonial”, numa síntese dialética a partir das interpretações de Chasin e Mazzeo

⁶ Nessa mesma direção, também mencionamos (e sugerimos) a ferrenha e necessária crítica de Lélia Gonzalez (1984) sobre essencializações de cunho racista e moralista do autor quanto aos povos negros e indígenas.

⁷ <https://exame.com/economia/guedes-critica-dolar-baixo-empregada-domestica-estava-indo-a-disney/>

Recebido em: 25 de jan.2023
Aprovado em: 02 de abr. 2023